

- XLI -

DESIGUALDADE NA MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: AS LUTAS DO MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE

Caroline Correia Maciel

(UFMS - carol.maci85@hotmail.com)

Margarita Victoria Rodríguez

(UFMS – poroyan@uol.com.br)

Sara Santana Armoa da Silva

(UFMS - sarasil@hotmail.com)

INTRODUÇÃO

Destaca-se que a gestão político-administrativa de descentralização no setor educacional determinada pela Constituição Federal de 1988 viabilizou a divisão de responsabilidades entre os entes federados (município, estado e Distrito Federal). Essa organização, especialmente na educação básica e mediante a autonomia concebida, se tornou um mecanismo que intensificou a materialização das desigualdades na oferta da educação pública.

A situação supracitada provocou diferentes manifestações sindicais organizadas pelos professores da educação básica, haja vista a condição desigual estabelecida para que as políticas previstas fossem implementadas nas diversas redes educacionais brasileiras. Esse fato delinhou a necessidade de investigação dos sindicatos docentes na perspectiva de identificar suas especificidades.

Para inquirição do movimento real do sindicalismo docente da educação básica o presente artigo esteve fundamentado em Netto (2011 p. 22) quando explicita que “[...] o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto de sua estrutura dinâmica tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva [...] A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa[...]”. Com base nisso, buscou-se identificar a materialidade do movimento sindical docente a partir de um levantamento de

pesquisas que pudessem contribuir para desvelar processualmente a sua realidade concreta, e por conseguinte, elucidar as singularidades e as lacunas que ainda merecem ser investigadas.

Ressalta-se que esse artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento²⁴, mediante a análise das produções acadêmicas expressas em formato de artigo. Para tal, as buscas dos trabalhos foram realizadas nos periódicos disponíveis no site da Scielo e da oasisbr, bem como de um evento específico da educação, a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa (ANPED).

Em consideração à pesquisa em andamento, foi definida a utilização cruzada de descritores com os termos “sindicalismo, docente, movimento, sindical, sindicato, políticas, educacionais, e Mato Grosso do Sul”. Foram selecionados artigos que de alguma maneira, no título, no resumo, ou ainda nas considerações finais dos trabalhos apresentaram discussões pertinentes à temática apresentada.

A seguir, se apresenta de forma mais detalhada o caminho de investigação do objeto e as buscas das produções acadêmicas para estudo e análise.

AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS COMO PRERROGATIVA PARA COMPREENSÃO DO MOVIMENTO SINDICAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Para alcançar o objetivo proposto de estudar e analisar as produções acadêmicas sobre o sindicalismo docente da educação básica, o processo de buscas foi iniciado nos sites estabelecidos. A partir disso, percebeu-se que as publicações possuíam vertentes temáticas distintas e definiu-se, portanto, classificar essas diferentes perspectivas de produção em quatro categorias: 1) histórica – discussões vinculadas à história do movimento sindical docente; 2) identidade ou gênero – debates pautados no tema sobre identidade docente, subjetivação e relações de gênero no movimento sindical. 3) teórica – abordagens de conceitos e teorias associadas a compreensão do sindicalismo docente; e 4) políticas educacionais – discussões que vincularam o movimento sindical às políticas educacionais.

Realizadas as buscas e organizados os 30 artigos conforme as categorias definidas, verificou-se que a vertente temática que se apresentou com maior volume de publicações sobre o sindicalismo docente da educação básica foi a perspectiva histórica. Nesse caso, considerou-se que uma quantidade relevante de discussões puderam contribuir com a compreensão do movimento sindical docente por meio da história. Foram 12 artigos selecionados que coadunam à essa linha, e destes, 5 desenvolveram discussões internacionais.

²⁴ Sindicalismo Docente e as Políticas Educacionais na Educação Básica do Mato Grosso do Sul

As publicações que investigaram o sindicalismo docente da educação básica no Brasil abordaram discussões, especialmente em torno da região Sudeste, no estado de São Paulo. Nas regiões Sul e Centro-Oeste também foram verificadas publicações com debates sobre o referido objeto, mas em menor volume. Nesse caso, evidencia-se a necessidade de incrementar as pesquisas nessas regiões para ampliar o conhecimento da totalidade do objeto em evidência.

A tendência temática de identidade e gênero no contexto do sindicalismo docente da educação básica apresentou 8 artigos nas buscas realizadas. As produções encontradas concentraram-se exclusivamente no cenário nacional e indicaram diferentes assuntos em debate com especificidades relacionadas à feminização e às relações de poder entre homens e mulheres nos espaços do sindicato. No entanto, percebeu-se que essa linha de análise é abordada em boa parte por produções da mesma autora, Maria Ondina Vieira Ferreira, com cinco artigos dos oito encontrados.

Adversa à perspectiva acima, na vertente temática teórica foram selecionados apenas dois artigos, os quais apresentaram a teoria marxiana como referência teórica na escolha de categorias e discussões relacionadas ao sindicalismo docente e o movimento da sociedade capitalista. O baixo número de publicações de artigos na vertente teórica mencionada pôde indicar uma necessidade de maior compreensão da realidade do objeto com base em conceitos e categorias fundamentados, que segundo Netto (2011, p. 47) são essenciais pois “[...] constituem a articulação interna da sociedade burguesa [...] as categorias exprimem formas de modo de ser, determinações de existência frequentemente aspectos de uma sociedade determinada[...].

Nas produções vinculadas à perspectiva das políticas educacionais foram encontrados 8 artigos, os quais analisaram a realidade sindical em tempo mais recente. As perscrutações acerca do sindicalismo docente mostraram interesse de investigação no período das duas décadas dos anos 2000. Tal situação pode ser explicada pelo contexto de ampliação da regulamentação das políticas educacionais federativas a partir de 2005, com a promulgação da Lei n. 11.502/2007 e da Lei n 11.738/ 2008, além de outras normas legais, as quais subsidiaram a categoria dos professores para reivindicação de seus direitos.

Todas as publicações encontradas na vertente temática mencionada acima discutiram o cenário nacional, com maior interesse investigativo na região Sudeste primeiramente, seguido da região Sul, e por último, com apenas um trabalho, na região Centro-Oeste.

De modo geral, considerou-se que há necessidade de alargar a compreensão acerca do sindicalismo docente da educação básica nas quatro categorias definidas para análise e

especialmente em quatro regiões brasileiras: Sul, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Tal evidência está referenciada na quantidade de publicações e na problematização vinculada a descentralização do federalismo e a autonomia dos entes federados, os quais implicam em singularidades relacionadas ao movimento sindical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a problematização estabelecida no presente artigo, a concepção do movimento real do objeto, o objetivo proposto e a sistematização das categorias, pode-se considerar que o sindicalismo docente na educação básica se configura ainda como um objeto com necessidade de compreensão das suas singularidades que estão postas, inclusive, em conjectura com a totalidade da sociedade atual.

Essa evidência se apresenta como relevante não apenas para a pesquisa em andamento, a qual esse artigo está vinculado, mas para os inúmeros pesquisadores que contribuem com a investigação científica e, por conseguinte, auxiliam que a sociedade compreenda a realidade concreta e as múltiplas determinações em que os processos em produção estão constituídos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Planalto. Lei n. 11.502, de 11 de julho de 2007. Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

BRASIL, Planalto. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008. Referente a instituição do Piso Salarial Profissional Nacional – PSPN.

NETTO, José Paulo; BRÁZ, Marcelo. Introdução ao estudo do Método de Marx. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.